

MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO: REPERTÓRIOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Carla de Paiva Bezerra*

Resumo:

O presente artigo pretende analisar o desenvolvimento e as mudanças no repertório e na estratégia de ação do movimento feminista brasileiro, entre a reabertura democrática na década de 1980 e a primeira década do século XXI. Interessam-nos, particularmente, dois focos de análise: por um lado, o posicionamento frente ao Estado, que varia de uma situação de oposição, ou mesmo de indiferença, até uma busca direta pela incidência sobre políticas públicas e atuação nos espaços do próprio estado seja pela via partidária seja via instituições participativas. Por outro, nos interessa também analisar como e em que momentos ocorre a atuação para além das fronteiras nacionais das feministas e em que medida isto influencia os repertórios e a política local e vice versa.

Palavras-chave: Estratégia de ação. Movimento feminista. Incidência política.

BRAZILIAN FEMINIST MOVEMENT: REPertoire AND STRATEGIES FOR ACTION

Abstract:

This article aims at analyzing the development of and changes in, the repertoire and strategies for action of the Brazilian feminist movement, in the period between the democratic “re-opening” set in the 1980s and the first decade of the XXI century. Our interest is centered in two foci of analysis: on the one hand, it focuses on the movement’s positioning in relation to the State, which varied from a situation of opposition, or even of indifference, to direct attempts at influencing public policies and actions in the State sphere, whether through party politics or participative institutions. On the other hand, we are interested in analyzing how, and in which specific moments, agency beyond the national feminist frontiers takes place and in which measure this influences the local repertoires and vice-versa.

Keywords: Strategies of action. Feminist movement. Political influencing.

* Mestranda em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Direito na Universidade de Brasília (UnB). É servidora pública da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e exerce suas funções na Secretaria-Geral da Presidência da República.

Introdução

O presente artigo pretende analisar o desenvolvimento e as mudanças no repertório, nas formas de organização e na agenda política do movimento feminista brasileiro entre a reabertura democrática, na década de 1980, e a primeira década do século XXI.

Interessam-nos, particularmente, dois focos de análise: por um lado, o seu posicionamento frente ao Estado, que varia de uma situação de oposição, ou mesmo de descrença/indiferença, até uma busca direta pela incidência sobre políticas públicas e atuação nos espaços do próprio estado seja pela via partidária seja via instituições participativas. A este processo, que, conforme pretendemos demonstrar, não é linear, denominamos de institucionalização do movimento feminista. Por outro, e de forma simultânea, interessamos, também, analisar como e em que momentos ocorreu a atuação das feministas para além das fronteiras nacionais e o quanto isto influenciou os repertórios e a política local, e vice-versa. Vale destacar que nosso foco estará centrado na experiência brasileira e em verificar em que medida ela se relaciona com esferas extranacionais. A esta lente analítica denominaremos ativismo transnacional.

Ao final, esperamos ter demonstrado que os repertórios e estratégias de atuação do movimento, seja do ponto de vista de sua relação com o Estado seja do ponto de vista da sua atuação transnacional, se modificam conforme a estrutura de oportunidades políticas de um dado momento histórico. Ainda que os dois processos sobre os quais focamos nossa análise sejam independentes, eles ocorrem simultaneamente, influenciando-se mutuamente. Por fim, eles não são lineares: mudanças nos repertórios e nas estratégias coexistem com as formas anteriores. No exemplo aqui analisado, continua a haver marchas, passeatas, protestos em conjunto com a canalização e institucionalização da participação desses atores. Mais do que isto, parece ser útil e mais eficaz investir pelas duas vias: uma de proposição e colaboração e outra de pressão e confronto.

Marcos teórico-analíticos

Nossa análise terá como referencial teórico outra linha com grande repercussão no debate sobre movimentos sociais, embora que com repercussão tardia no Brasil: a

chamada Teoria do Processo Político ou da Política do Confronto (*Contentious Politics*) da qual constituem nomes de referência Doug Mc Adam, Sidney Tarrow e Charles Tilly.

Conforme aponta Bringel (2011), no campo teórico do estudo dos movimentos sociais, é crescente a influência do projeto *contentious politics* para a Europa que, após o recuo das teorias dos novos movimentos sociais, não constituiu uma nova escola ou um referencial teórico com densidade. Por outro lado, deve-se reconhecer que a própria abordagem da *contentious politics* sofreu grandes mudanças, entre 1960 e o presente, em um diálogo frutífero com as próprias escolas europeias, deslocando-se do seu estruturalismo e incorporando dimensões culturais e cognitivas. Por sua vez, a América Latina, palco das mais intensas e recentes experiências de mobilização, outrora com reduzido intercâmbio com as teorias americanas, tem, também, gradualmente incorporado esses instrumentais analíticos.

A abordagem da *contentious politics* tem como premissa a compreensão de que Estado e sociedade civil são mutuamente constitutivos e estão inseridos em processos sociais, históricos e políticos que, ao longo do tempo, vão moldando um ao outro. Ela também permite uma visão dinâmica da relação entre sociedade e Estado – todos os atores podem, em um dado momento, estar no Estado –, isto é, não estabelece uma fronteira entre sociedade e instituições (relações entre Estado e mobilizações), partido e movimento, formas de ação institucionalizadas e não institucionalizadas. Nesse sentido, McAdam e Tarrow (2011) apontam a conexão entre movimentos sociais e a política formal, destacando o papel cumprido pelos movimentos sociais em eleições, especialmente em momentos de transição de regimes políticos, chegando a ser indissociáveis deste processo. O significado teórico geral das eleições está no fato de ser ela um momento de alteração das oportunidades e ameaças.

Outro ponto interessante é que ela traz um arcabouço conceitual para compreender como ocorrem mudanças nos repertórios de ação política dos atores em face das mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Isto é, como tipos de regimes políticos (democracias, autoritarismos) afetam os repertórios dos movimentos sociais e vice-versa. Ainda, os períodos de transição política proporcionam momentos para o surgimento de

novos atores, o estabelecimento de novas alianças e a criação de amplas frentes de coalizão. Trata-se de um excelente exemplo de como regimes políticos influenciam os repertórios de mobilização e vice-versa, e de como alterações na estrutura de oportunidades políticas (ou oportunidades e ameaças, em uma versão menos estruturalista) propiciam alterações e mudanças em ambos.

Por fim, Tarrow (2005) contribui significativamente ao inserir a questão da escala territorial na sua análise. Ele se propõe a identificar e rastrear os processos que ligam o interno ao nível internacional de ativismo e como estes processos se inserem em um quadro mais geral de internacionalização. Tendo como pressuposto que a existência de movimentos sociais e ativistas que atuam para além das fronteiras do Estado nacional é tão antiga quanto o próprio fenômeno dos movimentos sociais, o diferencial e o mais interessante dos fenômenos atuais de ativismo transnacional são tanto a sua conexão com a onda atual de globalização como a sua relação com a mudança na estrutura da política internacional¹.

Assim, o Internacionalismo proporciona estruturas (*frames*) para a ação coletiva, criando, simultaneamente, oportunidades e ameaças e propiciando ações de cooptação, conflito e cooperação. As instituições internacionais, regimes e processos não são a expressão da democracia, uma sociedade civil global ou um sistema de governo mundial: são arenas em que atores não estatais e estatais, conservadores e progressistas, globais e antiglobais, religiosos e seculares cruzam e disputam hegemonia política e poder.

A seguir, buscaremos analisar a dinâmica de funcionamento do movimento feminista no Brasil, a partir da década de 1980, valendo-se deste referencial teórico-analítico.

O movimento feminista brasileiro após a reabertura democrática

¹ A chave da explicação para o aumento quantitativo e qualitativo da ação transnacional estaria no Internacionalismo, que é definido como: “um aumento da densidade horizontal das relações entre os estados, funcionários governamentais e atores não estatais; aumento nas ligações verticais entre os níveis subnacionais, nacionais e internacional; o fortalecimento de uma estrutura formal e informal que convida ativismo transnacional e facilita a formação de redes de não-estatal, estadual e atores internacionais” (TARROW, 2005, tradução nossa).

O feminismo tem como bandeira central que orienta a ação a promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens; ele é capaz de abarcar uma enorme variedade de bandeiras específicas que vão desde direitos trabalhistas, passando por direitos políticos, produção do conhecimento e educação não sexista até temas relacionados à sexualidade.

Por ser um ponto de confluência de inúmeras bandeiras, ele acaba por ser uma confluência de atrizes oriundas de outros movimentos e, em grande parte, duplas militantes. A solidariedade e o compartilhamento de valores residem na identidade de ser mulher e de estar submetida à mesma situação de injustiça frente a um tratamento desigual e inferior em relação aos homens (SOARES, 1998).

Mesmo com a ocorrência de algumas mobilizações, como a luta pelo direito ao voto na década de 1920, tendo Bertha Lutz como nome de referência, lutas por igualdade de direitos trabalhistas, com algumas socialistas e militantes de esquerda que obtiveram algum destaque, o movimento feminista no Brasil só ganha densidade em finais da década de 1970, durante a transição e a abertura da ditadura militar para um regime democrático, na confluência do **ciclo de mobilizações**² e protestos daquele período.

Tilly (2006b) observa que é justamente o momento de transição de regimes o momento mais favorável para o fenômeno de movimentos sociais, pois há variações relevantes na estrutura de oportunidades políticas: o regime anterior está enfraquecido e, portanto, com menos capacidade tanto para reprimir quanto para atender demandas. O novo regime ainda não está conformado e, com isto, há uma desconcentração e a multiplicação dos centros de poder, o que, por sua vez, torna os alinhamentos políticos instáveis e amplia a possibilidade de novos ou diferentes tipos de alianças.

A análise do feminismo nas décadas de 70 e 80 aponta, de fato, para um conjunto bastante variado de atrizes: de

² Para Tarrow (1995), **ciclos de mobilização** são momentos de elevado confronto social, repercutindo no sistema social como um todo. A política ultrapassa seus limites tradicionais e passa a envolver todo o conjunto da vida social. Eles são marcados por períodos de rápido ascenso da mobilização, com conseqüente inovação de repertórios, e a fase de descenso (que gera desilusões). O aprendizado produzido nesse momento será, em parte, descartado. Mas a parte mantida terá efeitos duradouros no tempo.

movimentos populares com demandas relacionadas a moradia e assistência comunitária, passando pelo movimento estudantil, sindical, movimento negro, intelectuais e profissionais liberais de classe média, chegando até a organização de trabalhadoras rurais (SARTI, 1988; SOARES, 1998). A convergência de conjunto tão heterogêneo de atrizes é facilitada pelo caráter transversal da pauta e potencializada pelo momento de elevado confronto e de mobilização política do período.

Cada uma delas traz, a partir de sua realidade específica, uma palavra de ordem e uma reivindicação por igualdade que se articula à dimensão de gênero³. Disto provêm a adaptabilidade e a fácil articulação de demandas concretas e cotidianas com bandeiras mais gerais de transformação social. Exemplo bastante conhecido é o caso do Movimento sobre o Custo de Vida em São Paulo, capitaneado pelo movimento comunitário do Clube de Mães da Zona Sul (SADER, 1988).

Outro exemplo que se vincula com o período de grandes greves e mobilizações sociais é a representatividade significativa de mulheres oriundas do movimento sindical e a incorporação da pauta feminista no seio das novas organizações sindicais (DELGADO 1998).

Também é característica, neste período, a participação tanto de militantes partidárias de diversas orientações políticas (MDB, PCB, PCdoB e, posteriormente, o PT) quanto daquelas militantes avessas à partidarização e à política institucional como um todo, que reivindicam, portanto, uma autonomia frente a estas organizações (SARTI, 1988).

Por todos esses elementos de complexidade e múltiplas relações do movimento, já no seu interior, as atrizes

³ No Brasil, a termo passa a ser utilizado a partir de meados dos anos 80, com base em famoso artigo de Joan Scott, chamado “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”. Scott faz um apanhado das diferentes formas de uso que se davam à palavra gênero e reforça a sua função de diferenciar as atribuições referentes exclusivamente ao sexo, restritas ao plano biológico, da construção dos papéis sexuais que se dão no plano social, no que consistiria o gênero. A sua principal preocupação é demonstrar que, sendo o gênero construído socialmente, é histórica e temporalmente localizável e, portanto, mutável. Dessa forma, combate o essencialismo e determinismo biológico muitas vezes utilizado para justificar a situação de desigualdade da mulher nas relações sociais. (SAFFIOTTI, 2005).

envolvidas no movimento feminista podem ser também analisadas pelo papel de mediadoras de arenas políticas – *explorers, entrenched or bridging leaders* (MISCHE, 2008) – conforme trazem as experiências e pautas de outros espaços políticos bem como levam a abordagem feminista para suas outras organizações.

Mais uma vez, cabe ressaltar que esse imenso turbilhão não é uma característica intrínseca do movimento feminista. Havia, naquele momento, devido à heterogeneidade social do movimento, uma espécie de divisão entre o que era denominado “movimento de mulheres”, com predominância de mulheres de origem popular e movimentos de bairro, e o movimento feminista, mais ligado a estratos médios – estudantes, intelectuais e o sindicalismo de classe média (SOARES, 1998).

As diferentes conformações sociais e intersecções com outros movimentos tiveram reflexo direto na constituição do repertório desse movimento que, por vezes, se comportava de forma heterogênea, com diferentes estratégias que se mesclaram ao longo do tempo: grandes mobilizações, associações locais, educação popular, pressão parlamentar, participação em governos e estabelecimento de políticas públicas experimentais. A convergência deste conjunto de atrizes tão heterogêneas parecia ocorrer em função do ciclo de mobilização daquele período onde se vivenciava uma crise política, econômica e social, de modo que a política transpunha as bordas do cotidiano (SOARES, 1998; TARROW, 1995).

Também, já naquele momento, de forma semelhante ao vivenciado pelo movimento sanitarista (DOWBOR, 2009), o movimento feminista combina a mobilização e o confronto político com a disputa por espaços institucionais, tendo como bandeira geral de vários movimentos a luta em torno das Diretas Já e da participação política que, para além de uma defesa de eleições livres, estava articulada a uma crítica ao conjunto das instituições políticas e à organização do Estado.

É tal bandeira que impulsiona, nas décadas seguintes, a transição da participação da posição de bandeira crítica às instituições políticas à parte da linguagem jurídica do Estado, a partir de um conjunto de inovações institucionais que pluralizam as formas de participação extra eleições, proporcionando uma quebra no aparente

antagonismo entre representação e participação. (GURZA LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2011). Cuida-se de uma trama complexa, um campo que envolve o imbricamento e a sobreposição de atores que transitam entre associações, movimentos sociais, partidos políticos e estruturas do Estado. Exemplo disto é a transição observada na abordagem do movimento face à temática da violência contra a mulher. Conforme relata Izumino (2004), a primeira tentativa de combate à violência doméstica ocorreu com a criação do SOS Mulher, que prestava atendimento psicológico e jurídico às mulheres vítimas de violência. Por divergências, dentro do movimento feminista, sobre o enfoque deste atendimento, esta experiência acabou por ser extinta.

Após o vácuo deixado pelo fim do SOS Mulher, uma nova articulação entre setores do movimento feminista culminou com a institucionalização do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) que, por sua vez, teve como primeira iniciativa a criação da Delegacia de Defesa da Mulher, no Estado de São Paulo, em 1985. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher, talvez não por influência direta, mas como fruto do impacto e repercussão destas iniciativas, também é criado no mesmo ano (SARTI, 1988).

Assim, o processo de criação dos Conselhos de Direitos da Mulher como estrutura híbrida que reúne Estado e representantes de organizações e movimentos da sociedade civil ocorre antes mesmo da primeira eleição presidencial direta.

Também, desde o início de década de 1980, as feministas brasileiras atuavam em cenários internacionais, dentre os quais se destacava em importância um espaço de articulação regional: os “*Encuentros Feministas Latino Americano y Caribeño*”. Estes espaços foram centrais para forjar uma identidade e um imaginário feminista para a região cuja referência ideológica se situava na esquerda partidária, mas com a qual, muitas vezes, ocorreram enfrentamentos, em função da subordinação do feminismo a outras pautas como a desigualdade social. Os *Encuentros* funcionavam como um espaço de articulação e troca de experiências: aprofundamento de debates, identificação de pautas prioritárias e estratégias para atuação em âmbito local. Nestes espaços, o movimento feminista latino-americano elaborou a questão da autonomia frente a outros movimentos e aos partidos políticos, gerou

laços de solidariedade e uma cultura de organização horizontal e fluida, em uma lógica mais próxima da ideia de rede (ALVAREZ, 2000). Além de forjar uma identidade latino-americana comum, os encontros feministas também tiveram como função dar visibilidade à pauta, em países onde há forte presença da Igreja Católica que, muitas vezes, tentou bloquear qualquer espaço para o debate.

Tarrow (2005) identifica esses processos como uma influência do local pelo global. No caso, a troca de experiências das ativistas em si constitui um processo de difusão de repertórios e de tradução destes para a realidade local de cada uma delas. Situada no fluxo de trocas das redes de movimentos sociais, a tradução “é definida como um esforço para reforçar as convergências e sinergias a partir da diversidade e de um impulso contra-hegemônico” (BRINGEL, 2011). São estes processos que possibilitam que as ativistas tenham um marco interpretativo global (*global framing*), relacionando pautas e símbolos internacionais a questões locais.

De volta à realidade brasileira, com o surgimento e a consolidação de novos partidos e às vésperas da eleição da Constituinte, o tema da participação das mulheres na política e a institucionalização de direitos irá dominar o cenário político. O movimento feminista fez uma forte e organizada pressão no Congresso e a Constituição de 1988 acabou por incorporar uma série de direitos para as mulheres, especialmente nas áreas cível e trabalhista. Contudo, apesar do apoio naquele momento de outros movimentos sociais, como o sindical e alguns partidos, como o PT e o PMDB, a temática do aborto⁴, muito cara

⁴ A temática do aborto talvez seja um ponto de inflexão nas convergências e trânsitos de militantes pelo feminismo. A defesa do direito à prática legal do aborto encontra-se, assim como a sua condenação, dentro de uma esfera maior de reivindicações, inserindo-se dentro da luta pelos chamados direitos sexuais e reprodutivos. O direito ao planejamento familiar, à opção ou não pela maternidade, à livre orientação sexual encontram-se também dentro desse bojo. Fazem todos parte de um entendimento dentro do movimento feminista, conforme já referido, de que a luta pela igualdade entre os sexos passa não só pela conquista do espaço público, mas também pela rediscussão da dimensão privada e da necessária libertação sexual da mulher dos cânones morais da sociedade patriarcal. O aborto visto como um direito da mulher de dispor sobre seu próprio corpo, do direito à sua integridade física, de afirmar o seu controle sobre a própria sexualidade traz de forma mais evidente o caráter de questionamento das

ao movimento feminista, foi derrotada pelos setores religiosos (BARSTED, 1992).

O momento seguinte à Constituinte é o das eleições presidenciais de 1989 em que concorreram nada menos que 22 candidatos, evidenciando a multiplicidade de centros de poder e a instabilidade do regime. A eleição de Collor e o seu curto mandato, interrompido por um *impeachment*, agudizam a crise política e econômica por um lado, mas, por outro, sinalizam o encerramento de mais de uma década de transição de regimes políticos e de ciclos de mobilização. Os antigos centros de poder e partidos políticos começam a se recompor e estabilizar.

O deslocamento da análise da literatura de movimentos sociais para um conceito ampliado de sociedade civil parece responder, portanto, a uma “saída de cena” das grandes mobilizações. Não é que aquele conjunto de atores que organizava grandes marchas e passeatas tenha deixado de existir: eles ainda estão lá, mas com ajustes em seus repertórios de ação, conforme as oportunidades políticas do momento de maior estabilidade política e, portanto, menores possibilidades de confronto. Em busca de novidades, a literatura dos anos 1990 se concentra em ONGs que, depois, se demonstraram um campo pouco frutífero de análises (GURZA LAVALLE, 2003).

O movimento feminista segue, portanto, o padrão de descenso de mobilização e, com número de participantes reduzido em termos de capacidade de pressão social, passa a concentrar seus esforços na atuação de lobby e pressão parlamentar ou em ONGs. A busca de alianças e articulações no âmbito internacional também parece ganhar força com o cenário nacional pouco favorável.

A mudança do padrão de estratégias de atuação ocorre não apenas no país, mas, também, no âmbito internacional. Em 1994 e 1995, a ONU realiza, respectivamente, as Conferências sobre População (Cairo) e da Mulher (Pequim). Pela primeira vez, são

estruturas e valores sociais e de imposições de padrões de comportamento sexual. Ele representa o questionamento da maternidade como destino biológico inafastável da mulher. Por trás desse argumento subjaz o entendimento de que uma igualdade efetiva entre os sexos só é possível a partir da desconstrução e redefinição dos papéis sexuais em todos os âmbitos e também dentro da família. Nesse sentido, a luta pela regulamentação do aborto possui também um aspecto simbólico, pois, por seu aspecto polêmico, trata-se da ponta de lança da luta na conquista desses direitos (BEZERRA, 2007).

tratados, em acordos internacionais, os Direitos Reprodutivos e Sexuais.

A partir do estímulo *top-down* das agências internacionais, como a UNIFEM, via financiamento, diversas ONGs surgiram na América Latina e Caribe e se organizaram com vistas ao processo de *lobby* e *advocacy* para a Conferência de Beijing (ALVAREZ, 2000). No Brasil, este processo propicia o surgimento da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a partir de ONGs e organizações feministas do Sudeste, já mais consolidadas, juntamente com Fóruns Locais de Mulheres estruturados em diversas regiões de menor força do movimento feminista, como o Norte e o Nordeste (ALVAREZ, 2000).

Desde então, a prioridade tem sido que os Estados nacionais positivem e implementem as políticas deliberadas nestas Conferências. Desta forma, intensifica-se ainda mais a postura de priorizar as ações de pressão junto aos parlamentos.

Exemplo bem-sucedido do processo denominado externalização⁵ (TARROW, 2005), em uma conjugação de pressão de organismos internacionais e pressão interna, é o caso da elaboração e aprovação da Lei Maria da Penha. Em 2001, após relatório da OEA que condenou o Brasil, cresce a pressão interna pela elaboração de legislação específica. No ano seguinte, ocorre a criação de um consórcio de ONGs feministas com vistas à elaboração de um projeto para combater a violência contra a mulher, dentro da perspectiva dos direitos humanos e de atenção e suporte à vítima (CASTILHO, 2007).

A criação da Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres, no então recém-eleito governo Lula, certamente contribuiu para facilitar e acelerar o processo de tramitação do projeto. Conforme consta da Exposição de Motivos, ainda em março de 2004, foi entregue pelo consórcio de ONGs uma proposta de anteprojeto que serviu de subsídio ao Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração e encaminhamento de projeto de lei de combate à violência doméstica contra a mulher ao Congresso (PRESIDÊNCIA, 2004).

⁵ Trata-se da projeção vertical de demandas domésticas junto a instituições internacionais ou atores externos (TARROW, 2005).

Considerando essa sequência de acontecimentos, parece crescente o interesse na análise de novos espaços de interação entre movimentos e Estado, seja pela continuidade de arranjos já estabelecidos, como o Conselho Nacional de Políticas para Mulheres, mas também, pela criação de novos. É o caso da realização de três Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres⁶ que tiveram como desdobramento a elaboração de um plano com diretrizes para políticas públicas em diferentes áreas do governo:

Assim, a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPMM), realizada em 2004, envolveu mais de 120 mil pessoas nas plenárias municipais, em cerca de 2.000 municípios, e nas conferências estaduais em todas as unidades da federação, tendo em sua etapa nacional, em Brasília 1.787 delegadas governamentais e da sociedade civil. Como resultado final, foi aprovado um conjunto de resoluções. Subseqüentemente, foi instituído um grupo de trabalho com representantes da sociedade civil e do governo, que se encarregou de elaborar, com base nessas diretrizes, um plano de ação, que se chamou Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) (BRANDT; BEZERRA, 2011).

Esse parece ser um exemplo do estabelecimento de canais institucionalizados para o recebimento de demandas por parte dos atores externos ao Governo. O processo de institucionalização do movimento rumo a uma interação direta com o Estado não é linear e não exclui a coexistência de outras estratégias de atuação, conforme se alterem as arenas e, como consequência, as oportunidades políticas.

No mesmo período e, de forma simultânea à inovação institucional e à interação com o Estado, os movimentos sociais parecem retomar suas mobilizações de rua, após o descenso observado anteriormente. Tal retomada tem, também, forte impulso internacional, não mais com estímulo *top-down*, mas, justamente, motivado a partir de protestos contra instituições internacionais, notadamente os movimentos antiglobalização, cujos marcos são os protestos de Seattle, Genova e a realização do primeiro Fórum Social Mundial, espaço privilegiado para processos de difusão.

É nesse grande processo que uma nova articulação internacional feminista, iniciada no Canadá e que, aos poucos, ganha adesão de mais de uma centena de países, a Marcha Mundial de Mulheres passa a se destacar.

O Brasil se torna um dos países com maior capilaridade desse movimento que, também no nível nacional, se constitui como uma grande rede de mulheres de diferentes movimentos sociais: o setorial de mulheres da CUT, a Central de Movimentos Populares (CMP), os Movimentos de Moradia, a Via Campesina, organizações de estudantes e diversas ONGs feministas (FARIA; NOBRE, 2003). Esta diversidade de composição guarda semelhança de pautas, objetivos e, até mesmo, de atores, que se destacavam nas mobilizações da década de 1980.

Ela se diz sintonizada com “a nova referência do movimento internacional fortemente enraizada na realidade local” e se coloca como principal desafio “conseguir vincular os debates sobre o papel das instituições internacionais e as causas da pobreza e da violência (patriarcado, capitalismo, racismo) com a vida cotidiana das mulheres”. Constituída como uma grande coalizão internacional em torno de uma temática específica, este parece ser um dos poucos exemplos do que Tarrow (2005) denominaria de movimento social global.

Considerações Finais

Conforme sistematiza Virreira e Ardaya (2009), as vitórias do movimento feminista latino-americano foram em muitas esferas, desde a política institucional, com a ampliação da participação das mulheres nos espaços formais de representação, passando pelas dimensões jurídica e de políticas públicas, derrubando a fronteira entre o público e o privado e enfrentando a violência contra a mulher, até a dimensão econômica e social, com o debate sobre trabalho doméstico e autonomia econômica.

Cada um dos diferentes processos vivenciados pelo movimento feminista brasileiro, condicionado historicamente pelas oportunidades políticas, acabou por gerar efeitos de longo prazo, ao menos em parte.

As condições políticas foram se modificando e as lutas se moldando a essas novas situações. Os *Encuentros* continuam a ocorrer periodicamente e a reforçar laços de solidariedade feminista. As vitórias da Constituinte e das Conferências Internacionais como a CEDAW seguem como fortes referências e impulsionam a luta em outras localidades. A Articulação de Mulheres Brasileiras e a

⁶ A última foi realizada em 2011, ver: <<http://www.conferenciadasmulheres.com.br/>>.

Marcha Mundial de Mulheres se consolidaram como fortes referências do movimento feminista brasileiro.

A dimensão internacional, seja no sentido de traduzir bandeiras de luta transnacionais para a escala global seja no sentido de levar experiências e bandeiras locais para o global, teve, em todos esses momentos, uma forte influência e importância para o movimento, auxiliando-o em momentos de maior fechamento político no contexto nacional.

O repertório do movimento feminista incorpora desde grandes mobilizações de rua, passeatas, performances, passando por estratégias de *lobby* e *advocacy* até a participação em espaços de interação com o Estado, como Conselhos e Conferências. Embora possa haver uma organização que privilegie mais um repertório que outro, todos se constituem, simultaneamente, como repertórios do movimento feminista e são utilizadas conforme o contexto e as possibilidades políticas.

Referências

ALONSO, Angela. Teorias dos movimentos sociais: balanço do debate. *Lua Nova*, n. 75, 2009.

ALVAREZ, Sonia. *Translating the global effects of transnational organizing on local feminist discourses and practices in Latin America*. Meridians, 2000 – JSTOR.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. *Estudos Feministas*, v. 0, n. 0, p. 104-130, 1992.

BEZERRA, Carla de Paiva. De qual vida estamos falando? análise crítica dos discursos sobre aborto e perspectivas. *Revista dos Estudantes de Direito da UnB*, Brasília, p. 207-219, 2008.

BEZERRA, Carla de Paiva. *Violência e gênero: a Lei Maria da Penha em perspectiva*. Monografia (Graduação em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2007. [mimeo]

BRANDT, Maria Elisa; BEZERRA, Carla. A participação e o controle social nas políticas para as mulheres: desafios postos para a gestão pública. In: SEMINÁRIO DEMOCRACIA, DIREITO E GESTÃO PÚBLICA, III. *Anais...* Brasília: MPOG/IPEA, 2011.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das fronteiras. *Caderno CRH* (UFBA), v. 21, p. 457-475, 2008.

BRINGEL, Breno. El estudio de los movimientos sociales en América Latina: reflexiones sobre el debate poscolonial y las nuevas geografías del activismo transnacional. In: ACOSTA, Yamandú et al. (Coord.). *Pensamiento crítico y sujetos colectivos en América Latina*. Montevideo, Uruguay: Núcleo-Red Pensamiento Crítico em América Latina y Sujetos Coletivos. Universidad de la República Uruguay; Trilce, 2011.

BÜLOW, Marisa Von; ABERS, Rebecca Neara. The transformation of social movement studies: how to study activism across state-civil society? In: IPSA-CPR JOINT CONFERENCE. *Whatever happened to North South?* São Paulo, 2011.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. *A Lei n. 11.340 e as novas perspectivas da intervenção do Estado para superar a violência de gênero no âmbito doméstico e familiar*. Publicação Eletrônica [mensagem pessoal]. Recebido por: <carlaviagem@yahoo.com.br>. Em: 27 mar. 2007.

CAVIEDES, Elizabeth Guerrero. *Violencia contra las mujeres en America Latina y el Caribe Español 1990-2000: balance de una decada*. Santiago: UNIFEM, 2002. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd63/violencia01.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

DOWBOR, Monika. Da inflexão pré-constitucional ao SUS municipalizado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 78, p. 185-222, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n78/a10n78.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social Mundial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 623-632, jul./dez. 2003.

GURZA LAVALLE, Adrian. Crítica ao modelo da sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 121-135, 1999.

GURZA LAVALLE, Adrian. Sem pena nem glória: o debate da sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 66, p. 91-109, jul. 2003.

GURZA LAVALLE, Adrián (Org.). *El horizonte de la política: Brasil y la agenda contemporánea de investigación en el debate internacional*. México: CIESAS, 2011.

- IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema Judiciário na solução dos conflitos de gênero*. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. *Sociologias*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 13, n. 28, p. 18-51, set./dez. 2011.
- MISCHE, Ann. *Partisan publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008. Cap. 2.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SAFIOTTI, Heleieth. Gênero e patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli (Org.). *Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-76.
- SARTI, Cynthia. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de Pesquisa*, (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n. 64, p. 38-47, 1988.
- SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (Org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge Univ. Press, 1998.
- TARROW, Sidney. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In: TRAUGOTT, Mark (Ed.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press, 1995.
- TARROW, Sidney. *The new transnational activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- TILLY, Charles. *Regimes and repertoires*. Chicago: Chicago University Press, 2006a.
- TILLY, Charles. Invention, diffusion and transformation of the social movement repertoire. In: _____. *Identities, boundaries, and social ties*. Boulder: Paradigm, 2006b.
- VERA, Ernesto Izunza; LAVALLE, Adrián Gurza. Posiciones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: VERA, Ernesto Izunza; LAVALLE, Adrián Gurza (Coord.). *La innovación democrática en América Latina: tramas e nudos de la representación y el control social*. México: Publicaciones de La Casa Chata, Ciesas; Universidad Veracruziana, 2010.
- VIRREIRA, Sonia Montano; ARDAYA, Mariana Sanz. Movimientos sociales de mujeres: el feminismo. In: CALDERÓN, Fernando (Coord.). *Movimientos socioculturales en América Latina: ambientalismo, feminismo, pueblos originarios y poder empresarial*. Cuadernos de Gobernabilidad. Democrática. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009. p. 81-130.
- WRAMPLER, Brian. Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas? In: PIRES, Roberto Rocha C. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. (Diálogos para o desenvolvimento, 7).